Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 41, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 017/10, de 9 de fevereiro de 2010 e no que consta do Processo nº 50500.069410/2008-78, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer do recurso apresentado pela ALL- América Latina Logística Malha Paulista, face à decisão do Superintendente de Serviços de Transportes de Cargas que decidiu pela aplicação da penalidade de multa à empresa e, no mérito, negar-lhe provimento, confirmando a multa aplicada no valor total de R\$ 299.600,00 (duzentos e noventa e nove mil e seiscentos reais).

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transportes de Cargas - SUCAR que notifique a referida empresa sobre os termos da presente decisão.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL Em 12 de fevereiro de 2010

Ratifico a dispensa de licitação na forma do disposto no inciso XIII do artigo 24, da Lei Nº 8.666/93, para contratação da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, mediante inexigibilidade de licitação, com base no inciso II e § 1º do artigo 25 c/c inciso I do artigo 13, todos da Lei Nº 8.666 de 1993, visando à prestação de serviços para desenvolvimento de metodologia para estimativa dos investimentos e custos associados aos serviços regulares de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros. O valor global da despesa decorrente perfaz o montante de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais). Processo Nº 50500.003761/2010-31.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Substituto

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

Fixa os limites de alçada para acordos ou transações em juízo nas ações de interesse do Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes.

O PROCURADOR-CHEFE NACIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso da atribuição que lhe confere o § 5º do art. 1º, da Portaria PGF/Nº 915/2009, de 16 de setembro de 2009, publicada no DOU, de 17 de setembro de 2009, e

- Considerando que a Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT ainda possui a representação judicial ordinária da Autarquia em Brasília/DF e, também, na maioria dos Estados Sede das Superintendências Regionais;

- Considerando a atual estrutura organizacional da PFE/DNIT, objeto da Portaria PFE/DNIT/Nº 15, de 23/10/2009, publicada no DOU de 30/10/2009;

- Considerando que, para fins de fixação da alçada ora estabelecida, deverá ser considerado o valor do acordo ou transação, conforme prescreve o § 4º do art. 1º, da Portaria PGF/Nº 915/2009 e o Parecer PGF/Contencioso Nº 003/2010, aprovado pelo Senhor Procurador Geral Federal nos autos do Processo Administrativo n. 00407.000170/2010-00;

- Considerando a necessidade de observância à equivalência prevista no § 5º do art. 1º, da Portaria PGF/Nº 915/2009;

- Considerando a ressalva contida no § 7º do art. 1º, da Portaria PGF/Nº 915/2009, e que no âmbito do DNIT compete à Diretoria Colegiada a aprovação de acordos de qualquer valor ou natureza, conforme o disposto no inciso IV, do art. 89, da Lei n. 10.233, de 05/06/2001, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais em exercício na PFE/DNIT poderão promover, desde que prévia e expressamente aprovado pela Diretoria Colegiada do DNIT, a celebração de acordos ou transações em juízo de valor até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), visando terminar o litígio, observados os seguintes limites de alçada:

I - até 60 (sessenta) salários mínimos, mediante manifestação favorável do Procurador Federal que atua diretamente na ação judicial;

II - superado o limite do inciso anterior e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante manifestação favorável do Procurador-Chefe

do Setor Contencioso para os processos ajuizados no Distrito Federal, ou do Procurador-Chefe da Unidade Jurídica junto às Superintendências Regionais para os processos ajuizados nos respectivos Estados;

III - acima do limite do inciso anterior e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante manifestação favorável do Procurador-Chefe Nacional do DNIT e expressa autorização do Ministro de Estado dos Transportes.

§ 1º Para as manifestações previstas nos incisos II e III deste artigo, poderá ser exigida a prévia anuência do Procurador Federal que atua diretamente na ação judicial.

§ 2º Quando o acordo ou transação for de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a sua celebração exigirá, além da manifestação favorável do Procurador Chefe Nacional e, a critério deste, da anuência de que trata o parágrafo anterior, também a aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT e as autorizações expressas do Ministro de Estado dos Transportes e do Adjunto de Contencioso da Procuradoria Geral Federal.

Art. 2º As propostas de acordos ou transações judiciais para recebimento de créditos do DNIT não superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), incluídos os honorários advocatícios, para pagamento em parcela única ou mensais e sucessivas até o máximo de 30 (trinta), também deverão ser submetidos à prévia e expressa aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT, com os seguintes limites de alçada:

I - até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante manifestação favorável do Procurador Federal que atua diretamente na ação judicial;

II - superado o limite do inciso anterior e até R 30.000,00 (trinta mil reais), mediante manifestação favorável do Procurador-Chefe do Setor Contencioso para os processos ajuizados no Distrito Federal, ou do Procurador-Chefe da Unidade Jurídica junto às Superintendências Regionais para os processos ajuizados nos respectivos Estados;

III - acima do limite do inciso anterior e até R 100.000,00 (cem mil reais), mediante manifestação favorável do Procurador-Chefe Nacional do DNIT.

§ 1º - Para as manifestações previstas nos incisos II e III deste artigo, poderá ser exigida a prévia anuência do Procurador Federal que atua diretamente na ação judicial.

§ 2º Quando o acordo ou transação for de valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a sua celebração exigirá, além da manifestação favorável do Procurador Chefe Nacional e, a critério deste, da anuência de que trata o parágrafo anterior, também a aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT e as autorizações expressas do Ministro de Estado dos Transportes e do Adjunto de Contencioso da Procuradoria Geral Federal.

§ 3º Aplicar-se-á ao parcelamento do crédito devido ao DNIT em virtude de acordo ou transação judicial o disposto no § 1º do art. 5º, da Portaria PGF/Nº 915/2009.

Art. 4º As propostas de acordos ou transações judiciais objeto dos artigos 1º e 2º desta Portaria, para fins de submissão e aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT, deverão ser instruídas com os seguintes documentos:

a)-Manifestação do Superintendente Regional, nas ações originárias dos Estados, ou do Diretor Geral do DNIT, nas ações originárias no Distrito Federal, quanto à conveniência e oportunidade do acordo ou transação judicial;

b)-As manifestações jurídicas previstas nos incisos de I à III dos artigos 1º e 2º desta Portaria, abordando as vantagens judiciais na celebração do acordo ou transação em virtude dos riscos de uma decisão final desfavorável ao DNIT, entre outras questões que forem oportunas;

c)-Documentação pertinente, inclusive com cópia daquelas que instruem o processo judicial.

Art. 5º Em qualquer caso de acordo ou transação judicial deverão ser observadas, no que forem aplicáveis, as disposições previstas na Portaria PGF/Nº 915/2009, de 16 de setembro de 2009.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Instrução de Serviço PFE/DNIT/0006, de 18/08/2009.

FABIO MARCELO DE REZENDE DUARTE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 19, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório nº 000205.2009.03.006/5, instaurado em face de representação formulada por Paulo Roberto Silva Ramalho - CPF 974.400.436-34, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a

direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja irregularidades no meio ambiente do trabalho, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000205.2009.03.006/5, contra: Gerência Executiva do INSS em Governador Valadares, CNPJ 29.979.036/0107-07, localizada à Rua Afonso Pena, nº 3.016 Centro, Governador Valadares / MG - CEP 35010-001.

Determina-se, de início, notificação ao inquirido para informações referentes à licitação para reforma do imóvel.

EDUARDO MAIA TENÓRIO DA CUNHA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

DESPACHO DO PRESIDENTE

O Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar sem efeito a publicação da Instrução Normativa nº 61, de 10 de fevereiro de 2010, publicada no D.O.U. nº 30, de 12/2/2010, Seção 1, página 104, 1ª coluna.

RAIMUNDO CARREIRO

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 4 do Plenário, de 10 de fevereiro de 2010, publicada no D.O.U. nº 30, de 12/2/2010, Seção 1, página 118, 2ª coluna.

Onde se lê:

"ATOS NORMATIVOS APROVADOS (v. Anexo V a esta Ata)

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 103 - "Dá nova redação ao § 4º do artigo 2º e ao art. 6º, acresce e substitui unidades jurisdicionadas no Anexo I, altera itens e quadros nos Anexos III e IV da Decisão Normativa TCU n.º 102, de 2 de dezembro de 2009."

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 104 - "Aprova, para o exercício de 2010, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e §4º, da Constituição Federal."

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 61 - "Altera a Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal."

Leia-se:

"ATOS NORMATIVOS APROVADOS (v. Anexo V a esta Ata)

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 103 - "Dá nova redação ao § 4º do artigo 2º e ao art. 6º, acresce e substitui unidades jurisdicionadas no Anexo I, altera itens e quadros nos Anexos III e IV da Decisão Normativa TCU n.º 102, de 2 de dezembro de 2009."

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 104 - "Aprova, para o exercício de 2010, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e §4º, da Constituição Federal."

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E
CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS
CGC 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução nº 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de dezembro de 2009. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.